

## Montijo exige entrega de verbas aos comerciantes

A Assembleia Municipal do Montijo exige ao Governo que disponibilize uma verba de 374 mil euros aos comerciantes do concelho, ao abrigo de um programa de recuperação do comércio nos centros históricos.

Numa moção, apresentada pela bancada socialista e aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, CDU e PSD, os deputados municipais dizem querer “ver integralmente e tempestivamente cumprido o protocolo Procom/Urbcom para 2003” (Projecto de Recuperação do Comércio dos Centros Históricos das Cidades).

A tomada de posição dos deputados municipais surge na sequência da informação, “através da Direcção-Geral do Comércio e da secretária de Estado, que, por indisponibilidade orçamental, não é possível realizar a animação no Montijo, não disponibilizando este ano cerca de 374 mil euros (75 mil contos) para pequenos e médios comerciantes.”

Os deputados sociais-democratas defenderam que “o Governo deve empenhar-se em disponibilizar as verbas previstas” e consideraram que “é necessária a modernização dos comerciantes, para garantir a competitividade face aos grandes empreendimentos que se têm vindo a instalar no concelho”.

O apoio previsto no âmbito do Procom/Urbcom destinava-se ao plano de dinamização do núcleo histórico do Montijo, que incluía alterações na iluminação, criação de zonas para peões, arranjo de ruas e fachadas de edifícios, por um período de 18 meses. A verba destinava-se ainda a dinamizar o comércio, com iniciativas como espectáculos e animação de ruas.

Em declarações à agência Lusa, António Caetano, da Associação de Comerciantes do Montijo e Alcochete, afirmou que a suspensão das verbas “é um revés” que “traz imensas preocupações”, Caetano sublinhou que “o Governo quebrou um protocolo com os comerciantes”, atitude que consideram ser “de uma falta de ética a toda a prova”.

O cancelamento dos apoios deixa a situação dos pequenos comerciantes mais difícil. Eles já haviam manifestado receio de verem os seus negócios prejudicados com a abertura do centro comercial Fórum Montijo, em Abril. O representante dos comerciantes elogiou a decisão da assembleia municipal “para fazer ver ao Governo que não se pode cortar verbas indiscriminadamente”. A agência Lusa tentou obter declarações da Secretaria de Estado do Comércio, mas tal não foi possível em tempo útil. ■

## Santana Lopes garante que não haverá viaduto em Santa Cruz

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa reafirmou quarta-feira que “nunca” mudou de posição sobre a construção da CRIL e que “não existirá um viaduto” junto ao Bairro de Santa Cruz, em Benfica.

As declarações de Pedro Santana Lopes surgem na sequência das acusações da Comissão de Moradores do Bairro de Santa Cruz, segundo a qual o autarca “não tem palavra”. O presidente garantiu em Janeiro aos residentes que o troço da CRIL que passará junto ao bairro não incluiria o nó da Damaia e teria seis vias de rodagem, sendo “praticamente certa” a opção de um túnel em detrimento de um viaduto.

No início deste mês, os residentes tiveram informações de que o Instituto de Estradas de Portugal estaria a trabalhar num projecto de 1996, que previa a construção do nó da Damaia e de uma estrada à superfície com oito faixas de rodagem, e começaram a acusar Santana Lopes de faltar à palavra.

“A minha posição é a mesma de sempre (...) não deve passar a via dupla ao pé das moradias, deve ser em túnel, não deve existir nó da Damaia como previsto e principalmente não deve ter entrada para o Bairro de Santa Cruz”, defendeu anteriormente o autarca.

“Nunca mudei de posição”, disse, acrescentando que “a posição do novo ministro das Obras Públicas”, Carmona Rodrigues, que acompanhou o processo enquanto vice-presidente da autarquia, é a de que “não existirá um viaduto ao pé das moradias, que será em túnel e portanto as oito faixas e o nó como estavam previstos também não existirão”.

Santana Lopes referiu ainda que esta é uma decisão que considera “praticamente certa”: “Eu só não posso dizer certa porque não sou o primeiro-ministro”, explicou. “Posso tranquilizar os moradores do Bairro de Santa Cruz porque o novo ministro não vai mudar de opinião e não deixará de o fazer. Mesmo que o ministro quisesse, eu estaria do lado dos moradores”, concluiu. ■ LUSA

## Condomínio vai substituir antigo Cinema Alvalade

### EXIBIÇÃO DE FILMES MANTÉM-SE

Fachada deverá manter semelhanças com sala dos anos 50

FERNANDA RIBEIRO

Um condomínio com 30 apartamentos, zonas de comércio, quatro salas de cinema e cinco caves de estacionamento vão surgir no lugar do antigo cinema Alvalade, na Av. de Roma, onde já começaram os preparativos para a demolição daquela sala de espectáculos, erguida nos anos 50.

A nova construção será toda feita de raiz, mas “a traça da fachada manterá semelhanças com a actual” segundo Alexandra Fonseca, da Sociedade Imobiliária de Cinemas (Simo), proprietária do edifício — abandonado há vários anos, e que até 2000 esteve arrendado à Igreja Universal do Reino de Deus.

Embora o projecto de arquitectura “já aprovado pela câmara, seja o de um edifício único, em que se manterá a verticalidade da fachada e as suas linhas modernas”, a nova edificação “não terá características homogéneas”. Os diferentes blocos andarão entre os seis e os sete andares, disse a mesma fonte.

“A habitação, um condomínio com 30 apartamentos, terá a sua privacidade garantida e ficará separada das salas de cinema, que serão quatro”, com um total de 500 lugares, a explorar por uma distribuidora de criação recente, a New Lineo Cinemas, que tem já outros cinemas no Norte do país (Viseu, Paços de Ferreira e Famalicão) e que, além do Alvalade, está envolvida em mais dois projectos com a Simo, um “centro de animação em Leiria, também em início de construção, e outro em Coimbra”.

No futuro Alvalade, “os cinemas serão de luxo, com ecrãs do tamanho das salas, e com equipamentos de som de grande qualidade”, afirmou Alexandra Fonseca, segun-

DAVID CLIFFORD



O cinema já se encontra rodeado de andaimes

do a qual a manutenção da actividade cinematográfica naquele local corresponde também ao desejo dos moradores da zona.

A Junta de Freguesia de S. João de Brito não foi contactada pela Simo, que diz ter apresentado o projecto “à comunidade, em particular escola [Eugénio dos Santos] que se mobilizou para saber o que ali ia ser feito”.

Cinco caves de estacionamento estão previstas neste empreendimento da imobiliária e a Simo” aguarda agora que a câmara aprove os projectos de especialidade”. O percurso até à aprovação do projecto de arquitectura foi longo, afirma Alexandra Gonçalves. “Só conosco, Simo, o projecto esperou dois anos, mas antes já havia projectos apresentados à câmara”, salientou.

“Trata-se de uma zona consolidada da cidade, onde os condicionamentos são muitos, entre eles a proximidade do aeroporto, que limita as cercas, variáveis consoante se trate de habitação, comércio ou cinema”, sublinhou.

O projecto, que substituirá o edifício modernista dos anos 50, é da autoria de uma dupla de jovens arquitectos, Rui Rosa e Carlos Rui Sousa (o “atelier” RRCRS), que tem já um edifício construído na zona ribeirinha da Expo, junto ao parque do Tejo e do Trancão.

O PÚBLICO tentou quarta-feira ouvir os serviços de licenciamento urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, e também a Inspeção-Geral de Actividades Cinematográficas, entidade a quem compete autorizar a afectação do edifício para os novos usos de habitação e comércio, mas

## De Elvis à IURD

Inaugurado há 50 anos, o cinema Alvalade, na Avenida de Roma, foi durante quase quatro décadas um dos principais pólos de animação do bairro, e foi lá que nos anos 60 se estrearam vários filmes com Elvis Presley. A “Jailhouse Rock” (“O Prisioneiro do Rock’N’Roll”), estreado em 1957, seguiram-se “O Amor em Las Vegas”, em 1964, no mesmo ano em que foi distribuído pela MGM, e, dois anos depois, “O Rancho do Amor”. Mas também por lá passaram filmes como “Álamo”, ou películas dos tempos de glória do cinema francês, como “O Ano Passado em Marienbad”. Durante algum tempo, em finais da década de 60, nele foram também exibidas sessões organizadas pelo Círculo Católico, que deu primado ao cinema europeu da época. Mas já na década de 90, os filmes mudaram. E das películas em celulósede passou-se às sessões da Igreja Universal do Reino de Deus, que tomou conta deste e de outros cinemas como o antigo Império (na Alameda D. Afonso Hneriques) e progressivamente abandonou o Alvalade.

não obteve qualquer resposta destas duas entidades.

O projecto em curso não agrada a todos os moradores de Alvalade, muitos dos quais assistiram quer aos bons tempos deste cinema, quer à degradação da sala de espectáculos, cujos últimos usos e posterior abandono foram permitindo que a devastação se instalasse, tanto no “foyer”, como na sala de projecções, quer ainda na plateia, de onde haviam desaparecido já as cadeiras.

Paulo Ferrero, ligado a projectos de recuperação de outras antigas salas de cinema da capital actualmente abandonadas, como é o caso do Odéon, (um projecto que tem um “site” na Internet. novoodeon.pt) chegou a desenvolver esforços junto da câmara e do Ministério da Cultura no sentido de tentar salvar o edifício da demolição anunciada. Mas ela parece ter vingado e acabou por chegar esta semana, com a colocação de tapumes para que os trabalhos se iniciem. ■

## Figueiró dos Vinhos aprova programa para centro histórico

A Câmara de Figueiró dos Vinhos aprovou medidas especiais para financiar as obras de recuperação dos imóveis degradados no centro histórico da vila, revelou o presidente da autarquia.

Segundo Fernando Manata, a câmara aprovou um Programa de Incentivos à Recuperação de Habitações na Zona

Histórica da Vila, que, através do financiamento de parte das obras, “pretende estimular o interesse dos proprietários e inquilinos para a recuperação das habitações”. Este programa aplica-se a todas as casas no centro histórico e os apoios assumem a forma de subsídio não reembolsável que poderá ir até 50 por cento com o valor

máximo de 1246 euros, explicou o autarca socialista.

“Em Figueiró dos Vinhos, apesar do nível aceitável de preservação do património edificado na zona urbana mais antiga da vila, verifica-se ser necessário incentivar os proprietários privados à realização de obras de conservação e restauro”, refere a

autarquia em comunicado.

O programa permite executar “obras de melhoria e conservação no interior da habitação, nomeadamente pinturas, recuperação de cobertura e beirados, recuperação de caleiras, limpeza de cantarias, rebocos, substituição de portas e janelas exteriores”.

Além deste apoio, a autarquia compromete-se a conceder “apoio técnico para a identificação das necessidades de intervenção e para a execução de projectos de intervenção”. ■